

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

De Cabral à Maria da Penha

*Uma abordagem constitucional, infraconstitucional e jurisprudencial
sobre a mulher e a violência doméstica e familiar no Brasil*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

Revisora: Cristina Tavares

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1147836

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R484c

Ribeiro, Sônia Maria Amaral Fernandes.

De Cabral à Maria da Penha : uma abordagem constitucional, infraconstitucional e jurisprudencial sobre a mulher e a violência doméstica e familiar no Brasil / Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

216 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 191-200.

ISBN 978-85-519-1106-8

1. Direitos humanos. 2. Direito constitucional. 3. Violência. 4. Violência contra as mulheres. 5. Violência familiar. I. Título.

CDD 362.8292

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – De Cabral à Maria da Penha	9
1. Considerações introdutórias.....	9
2. Brasil Colônia.....	12
2.1 Direito infraconstitucional: civil e penal.....	14
3. Brasil Reino Unido.....	19
4. Brasil Império.....	21
4.1 Direito constitucional.....	21
4.2 Direito infraconstitucional: civil e penal.....	24
5. Brasil República.....	27
5.1 República Velha.....	27
5.1.1 Direito constitucional	27
5.1.2 Direito infraconstitucional: civil e penal	29
5.2 Era Vargas	38
5.2.1 Direitos constitucionais	38
5.2.2 Direitos infraconstitucionais: civil e penal	40
5.3 República Populista	45
5.3.1. Direitos infraconstitucionais: direito civil.....	46
5.4 Ditadura Militar	50
5.4.1 Direito infraconstitucional: direito civil e penal.....	51
5.5 Nova República	58
5.5.1 Direito constitucional.....	60
5.5.2 Direito infraconstitucional: civil e penal	63

6. Primeiras conclusões	73
Capítulo 2 – Lei Maria da Penha	77
1. Considerações introdutórias.....	77
2. Lei Maria da Penha: surgimento e fundamentos.....	80
2.1 Surgimento	80
2.2 Fundamentos.....	81
3. Lei Maria da Penha: breve análise comparativa.....	89
3.1 Uruguai.....	89
3.2 Espanha.....	92
3.3 Chile.....	97
3.4 Portugal	100
4. Lei Maria da Penha: aspectos polêmicos.....	106
4.1 Da expressão “violência doméstica e familiar”	106
4.2 Da desigualdade de tratamento entre homens e mulheres.....	111
4.3 Da aplicação da Lei Maria da Penha em prol dos homens.....	113
4.4 Da necessidade, ou não, de representação da vítima no caso de lesão corporal leve.....	116
4.5 Da possibilidade de a autoridade policial conceder medidas protetivas de urgência.	121
4.6 Da divisão de competência entre Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	129
5. Segundas Conclusões	132
Capítulo 3 – Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha: Estudo Comparativo	139
1. Considerações introdutórias.....	139
2. Dos fundamentos constitucionais	140

3. Classificação	143
4. Natureza	145
5. Prazo de validade	146
6. Requisitos para a concessão	147
7. Questão probatória	153
8. Terceiras conclusões	160
Capítulo 4 – Responsabilidade Civil do Estado por Omissão e suas Consequências no Contexto da Lei Maria da Penha	165
1. Considerações introdutórias	165
1.1 A responsabilidade do Estado no mundo	165
1.2 Da responsabilidade do Estado no Brasil	168
2. O papel do Estado em face da Lei Maria da Penha	172
2.2 Dos tipos de ações governamentais previstas na Lei Maria da Penha	172
2.3 A mulher como sujeito de direito específico e o papel do Estado	175
3. As consequências da inação do Estado em face da Lei Maria da Penha	177
3.1 O tratamento jurisprudencial em relação à omissão estatal	177
3.2 Responsabilidade objetiva em face da Lei Maria da Penha versus “Segurador Universal” e Princípio da Reserva do Possível	180
3.3 Da responsabilidade do Estado em relação às ações operacionais e promocionais da Lei Maria da Penha	184
4. Quartas conclusões	186
Referências	191